



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal de Águia Branca

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 – Decreto nº 9.245/2021

FABIANE DALLAFINA MATOSAK GUARESQUE
Auditora Pública Interna
CRC ES – 018478/O-5

2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE
A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO - MUNICÍPIO**

Emitente: Unidade Central de Controle Interno de Águia Branca

Entidade: Município de Águia Branca

Gestor responsável: Jailson José Quiuqui

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

Em cumprimento as determinações contidas na IN TCEES 68/2020, e o disposto no que preconiza os artigos 70 e 74 da Constituição Federal, e o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, apresentamos o Relatório e Parecer Conclusivo do Órgão de Controle Interno – RELOCI sobre as Contas de Governo do exercício financeiro de 2023 da Entidade – Município de Águia Branca.

O presente relatório compõe a opinião acerca da Prestação de Contas Anual Consolidada, sob responsabilidade do Gestor, Exmo. Jailson José Quiuqui, o qual respondeu no exercício de 2023 pela Entidade – Município de Águia Branca, conforme estabelece a Instrução Normativa 68/2020 e suas alterações do TCEES.

Desta forma, em cumprimento a Instrução Normativa Interna nº 04/2014, que trata das normas relativas à elaboração de Parecer Conclusivo sobre as contas anuais, referente ao exercício financeiro 2023, a Entidade encaminhou a esta Controladoria Geral, em 20/03/2024, as peças contábeis da Prestação de Contas Anual - Consolidada para análise.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe no artigo 74 da Constituição Federal de 1988¹, em conjunto com o descrito no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, essa Unidade Central de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

¹ Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...) II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; (...) IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

TABELA REFERENCIAL 1 – INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2020 DO TCEES

1. ITENS DE ABORDAGEM PRIORITÁRIA

1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 1.1.3 – Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Análise da Listagem de Pagamentos no Sistema de Contabilidade Pública com o demonstrativo do total de repasses de duodécimo mensal ao Poder Legislativo em cumprimento à data limite. Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal	Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2023: R\$2.511.180,96 Data de Repasse mensal: 19/01/2023: R\$ 209.265,08 17/02/2023: R\$ 209.265,08 20/03/2023: R\$ 209.265,08 20/04/2023: R\$ 209.265,08 19/05/2023: R\$ 209.265,08 20/06/2023: R\$ 209.265,08 20/07/2023: R\$ 209.265,08 18/08/2023: R\$ 209.265,08 20/09/2023: R\$ 209.265,08 20/10/2023: R\$ 209.265,08 20/11/2023: R\$ 209.265,08 20/12/2023: R\$ 209.265,08



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Valor previsto a título de duodécimo na Lei Orçamentária Anual: R\$ 2.680.000,00
--	--	--	--	--	--	---

Em conformidade ao art. 168 da Constituição Federal, verifica-se que foram repassados mensalmente pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal a título de duodécimos no exercício de 2023, o valor médio mensal de R\$209.265,08 (duzentos e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais e oito centavos) em cumprimento a data-limite mensal, totalizando repasse anual de duodécimos em R\$2.511.180,96 (dois milhões quinhentos e onze mil cento e oitenta reais e noventa e seis centavos).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 1.2.13 – Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	BALFIN – Balanço Financeiro - RPPS BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita - RPPS BALVER – Balancete de Verificação – Consolidado DEMVAP – Demonstrativo de variações patrimoniais - RPPS BALVER – Balancete de Verificação - RPPS BALEXOD – RPPS Balancete Orçamentário da despesa	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 113.578,23 DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 5.905.103,51 BALVER - RPPS	Análise Financeira do RPPS BALFIN - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALEXOR - RPPS Receitas Orçamentárias: R\$ 10.219.135,76 BALVER – Consolidado 3.5.1.3.2.02.01 - RECURSOS PARA COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA: R\$ 113.578,23 DEMVAP - RPPS Rendimentos de Aplicações financeiras: R\$ 5.905.103,51 BALVER – Consolidado 4.4.5.2.1.00.00 - REMUNERAÇÃO DE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 2.032.659,53 BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98	APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDAÇÃO: R\$ 5.905.103,51 BALVER - RPPS Cobertura do Déficit Atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em capitalização – Intra OFSS R\$ 2.032.659,53 BALVER – Consolidado 4.5.1.3.2.02.05 - COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL – CONTRIBUIÇÃO SUPLEMENTAR - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS: R\$ 2.032.659,53 BALEXOD - RPPS Despesas empenhadas: R\$ 5.806.189,93 Valor de insuficiência financeira: R\$ 3.411.238,98
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Análise financeira do RPPS	
Receitas	
(+) Receitas Orçamentárias	10.219.135,76
(+) Cobertura de Déficit Financeiro – Fundo em Capitalização (Aporte do ente)	113.578,23
(-) Rendimentos de Aplicações financeiras	5.905.103,51
(-) Receita para amortização de déficit atuarial – Contribuição suplementar – Fundo em Capitalização	2.032.659,53
(-) Despesas empenhadas	5.806.189,93
(=) Insuficiência financeira	(3.411.238,98)

Fonte: BALFIN-RPPS; DEMVAP-RPPS; BALEXOD-RPPS; BALEXOR-RPPS; BALVER-RPPS; BALVER-Consolidado

Da análise dos demonstrativos BALVER – Balancete de Verificação, BALFIN – Balanço Financeiro, DEMVAP – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, BALEXOR – Balancete Orçamentário da Receita e BALEXOD – Balancete Orçamentário da despesa da unidade gestora do RPPS, em conjunto com dados constantes no BALVER – Balancete de Verificação Consolidado, verifica-se que no exercício de 2023, o RPPS apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial.

Ponto de Controle 1.2.14 – Equilíbrio financeiro e atuarial Plano de Equacionamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de equacionamento	<u>Lei Municipal nº 522/2002;</u> <u>Lei Municipal nº 523/2002;</u>	CRFB/88, art. 40; LC 101/2000, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base	Lei Municipal nº 1.789/2023 aprovada em 19.04.2023; Lei Municipal nº 1.687/2022 aprovada em 18.02.2022;	Análise dos arquivos DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		RELCUST – Relatório de plano de custeio e plano de benefícios do RPPS DEMAAT – Reavaliação Atuarial <u>Lei Municipal nº 1.789/2023</u>		em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002; Análise do arquivo DEMAAT para verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do ente. Análise do arquivo RELCUST do RPPS para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do ente.	Análise do arquivo RELCUST do RPPS para avaliar se foram adotadas medidas para reequilíbrio do ente. Lei municipal nº1.789/2023 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial a partir da data de 19/04/2023 Lei municipal nº 1.687/2022 que dispõe sobre plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial até o dia 18/04/2023 Lei Municipal nº 522/2002; Lei Municipal nº 523/2002;
--	--	--	--	---	--	---

Considerando análise contábil realizada, apurou-se que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2023. Registra-se que foi realizado transferência financeiras, isto é, Complementação de insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23 (cento e treze mil reais e quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) pelo ente municipal, no entanto, verifica-se que se demonstrou insuficiente a cobertura do déficit financeiro. Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.

No tocante ao Déficit Atuarial, foi regulamentado o Plano de Amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, instituído por Lei Municipal nº 1.789/2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se em análise aos dispositivos legais, que o RPPS adotou medidas com vistas ao reequilíbrio atuarial, com o aumento da alíquota de custos especiais de 17,5% em 2022, para 29,80% em 2023, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial da Lei que dispõe sobre a Reavaliação Atuarial no ano de 2023.

Depreende-se ainda, que as Leis nº 522/2002 e 523/2002, respectivamente, regulamentam o Plano de Custeio do ÁGUA BRANCA PREV, e a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Águia Branca.

1.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 1.3.1 – Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanço Patrimonial – BALPAT de cada unidade gestora Balanço Patrimonial – BALPAT – Consolidado Inventário de Bens Móveis – INVMOV de cada UG; Inventário de Bens Imóveis – INVIMO de	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Saldo de valores da classe dos bens móveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado, são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens móveis – INVMOV das UG's. Saldo de valores da classe dos bens imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos	BALPAT- Consolidado Valor total do Imobilizado dos bens móveis: R\$ 27.670.631,32 Valor total do Imobilizado dos bens imóveis: R\$ 64.105.883,13 Valor total do Imobilizado dos bens intangíveis: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		cada UG; Inventário de Bens Intangíveis – INVINT de cada UG			Inventário Anual de bens imóveis – INVIMO das UG's. Saldo de valores da classe dos bens intangíveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos a soma dos valores dos Inventário Anual de bens intangíveis – INVINT das UG's. Saldo de valores da depreciação na classe dos bens móveis e imóveis do imobilizado constante no ativo não circulante do Balanço Patrimonial – BALPAT-Consolidado são idênticos ao saldo total dos valores de depreciação de bens móveis e imóveis das UG's.	Valor de Depreciação do Imobilizado de bens móveis: R\$ 10.359.583,19 Valor de Depreciação do Imobilizado de bens imóveis: R\$ 1.228.048,84
--	--	--	--	--	--	--

Inventários de bens (UG's)	Prefeitura Municipal de Águia Branca	Câmara Municipal de Águia Branca	Fundo Municipal de Saúde	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	Soma dos valores das UG's	Município de Águia Branca - Consolidado
Bens Móveis	R\$ 24.640.759,55	R\$ 243.445,40	R\$ 2.757.280,70	R\$ 29.145,67	R\$ 27.670.631,32	R\$ 27.670.631,32
Depreciação bens móveis	R\$ 9.182.055,43	R\$ 3.687,95	R\$ 1.159.800,34	R\$ 14.039,47	R\$ 10.359.583,19	R\$ 10.359.583,19
Bens Imóveis	R\$ 57.381.072,72	R\$ 1.718.865,27	R\$ 4.394.029,03	R\$ 611.916,11	R\$ 64.105.883,13	R\$ 64.105.883,13
Depreciação bens imóveis	R\$ 1.226.128,58	R\$ 1.920,26	R\$ 61.361,71	R\$ 0,00	R\$ 1.289.410,55	R\$ 1.289.410,55
Intangíveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Inventários Anuais de bens das UG's; BALPAT-Consolidado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.3 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação em instituições financeiras oficiais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação em instituições financeiras Oficiais	Extrato Bancário em 31/12/2023 – EXTBAN das UG's Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Analisando o Termo de Verificação de Disponibilidades – TVDISP de todas as UG's em confronto com os extratos bancários do final do exercício, verifica-se que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Registra-se que as análises foram realizadas na PCA-Contas de Gestão de cada unidade gestora, sendo verificada que as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.

Ponto de Controle 1.3.4 – Disponibilidades – financeiras depósito e aplicação – confirmação externa

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação - confirmação externa	Termo de Verificação de Disponibilidade – TVDISP das UG's Extrato bancário em 31/12/2023 – EXTBAN	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados	As demonstrações contábeis, quais sejam, Termo de Verificação de Disponibilidades, Balanço Patrimonial e Balanço Financeiro, e Demonstrativo de Fluxo de Caixa, Extratos bancários, em confronto	TVDISP – Soma dos extratos bancários final do exercício de 2023 Total: R\$ 94.757.293,07 BALPAT: Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	das UG's		em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	com os dados das demonstrações contábeis do Consolidado – Contas de Governo evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e de aplicações financeiras.	somado aos investimentos e aplicações: R\$ 94.757.293,07 BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa e equivalente de caixa: R\$ 94.757.293,07 DEMFCFA: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa final: R\$ 94.757.293,07
	Balanco Financeiro – BALFIN				
	Balanco Patrimonial - BALPAT				
	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DEMFCA				

	Prefeitura Municipal de Águia Branca	Câmara Municipal de Águia Branca	Fundo Municipal de Saúde	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Águia Branca	Soma dos valores das UG's	Município de Águia Branca - Consolidado
Soma dos Saldo de Extratos bancários de cada UG / TVDISP	R\$ 43.796.446,36	R\$ 15.000,00	R\$ 5.264.262,15	R\$ 45.681.584,56	R\$ 94.757.293,07	
BALPAT - Ativo Circulante – caixa e equivalente de caixa	R\$ 43.796.446,36	R\$ 15.000,00	R\$ 5.264.262,15	R\$ 45.681.584,56	R\$ 94.757.293,07	R\$ 94.757.293,07
BALFIN: Saldo para o exercício seguinte – caixa e equivalente de caixa	R\$ 43.796.446,36	R\$ 15.000,00	R\$ 5.264.262,15	R\$ 45.681.584,56	R\$ 94.757.293,07	R\$ 94.757.293,07
DEMFCFA: Apuração do fluxo de caixa do período – caixa e equivalente de caixa	R\$ 43.796.446,36	R\$ 15.000,00	R\$ 5.264.262,15	R\$ 45.681.584,56	R\$ 94.757.293,07	R\$ 94.757.293,07

Fonte: Prestação de Contas Anual – EXTBAN, TVDISP, BALPAT, BALFIN, DEMFCFA de cada UG / BALPAT, BALFIN e DEMFCFA-Consolidado.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.3.5 – Dívida ativa e demais créditos tributários – conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.3.5	Dívida ativa e demais créditos tributários conciliação do demonstrativo com as demonstrações contábeis	Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa – DEMDATA – da Conta de Gestão - Prefeitura Demonstrativo de dívida ativa em cobrança judicial e extrajudicial - DEMDAT – da Conta de Gestão – Prefeitura Balancete de Verificação – BALVER - Consolidado Balanço Patrimonial – BALPAT - Consolidado	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores inscritos em dívida ativa tributária e não tributária.	Conforme evidenciado no Balancete de Verificação – BALVER, no Balanço Patrimonial – BALPAT, no Quadro auxiliar ao demonstrativo da Dívida Ativa - DEMDATA, e no Demonstrativo de dívida ativa cobrança judicial e extrajudicial – DEMDAT, o saldo final da dívida ativa tributária informada no DEMDAT difere em R\$ 0,02 do saldo evidenciado nos demonstrativos BALVER e BALPAT, em relação ao Valor Atual da Dívida Ativa Tributária constante do arquivo DEMDATA. O Município de Águia Branca não possui dívida ativa não tributária.	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: Valor Atual em Dívida Ativa Tributária: R\$875.533,70 Valor Anterior em Dívida Ativa Tributária: R\$757.583,08 Movimentação de Dívida Ativa Tributária em 2023: - Acréscimo de Débito R\$117.950,62 - Acréscimo de Crédito R\$ 82.503,06 - Descontos R\$ 0,00 - Cancelamentos: R\$ 2.657,56 (Prescrição) - Baixas: R\$ 0,00 DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA: A Unidade Gestora não possui dívida ativa não tributária.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						BALPAT: Ativo Circulante Dívida Ativa Tributária: R\$ 875.533,72 Dívida Ativa Não tributária R\$ 0,00 BALVER: Conta contábil 1.1.2.5.1.00.00 - Dívida Ativa Tributária Consolidação: R\$ 875.533,72
--	--	--	--	--	--	--

1.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 1.4.1 – Educação – aplicação mínima						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.1	Educação aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução Orçamentária - ANEXO 8 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – Anexo 08 do RREO Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino. Validação dos dados com o cálculo automatizado do Demonstrativa do Cidades na PCA.	Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2023: R\$ 10.584.230,65 Percentual de aplicação: 27,80%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo determinação contida no art. 212 da Constituição Federal, e no art. 69 da Lei nº 9.394/1996, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou o montante de R\$ 10.584.230,65 (dez milhões e quinhentos e oitenta e quatro mil e duzentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos) correspondente a 27,80% da receita resultante de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2023, atendendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, conforme tabela abaixo:

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 3.411.722,63
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 34.656.701,15
c) Base de cálculo para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino (a+b)	R\$ 38.068.423,78
d) Valor aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino	R\$ 10.584.230,65
e) % de aplicação (d*100/c)	27,80%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 08. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.2 – Educação – remuneração dos profissionais do magistério						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 08 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 212-A, inciso XI	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento de profissionais da	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE – FUNDEB (Anexo 08 – RREO) Apuração do limite de gastos com remuneração dos profissionais da	Valor aplicado no pagamento de profissionais da educação básica em efetivo exercício no ano de 2023: R\$ 6.859.974,02 Percentual de aplicação: 71,36%



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	educação básica no exercício de 2023 1º Bimestre 2º Bimestre 3º Bimestre 4º Bimestre 5º Bimestre 6º Bimestre	Apuração do percentual do limite de gastos com remuneração dos profissionais da educação básica no exercício de 2023: 1º Bimestre: 58,89% 2º Bimestre: 63,23% 3º Bimestre: 61,75% 4º Bimestre: 63,11% 5º Bimestre: 65,36% 6º Bimestre: 71,36%
--	--	--	--	--	--	---

Ponto de Controle 1.4.3 – Educação – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.3	Educação - Pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE	Lei nº 9.394/1996 (LDB), arts. 70 e 71 e Lei 14.113/2020 (Fundeb)	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino atenderam as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb), observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos regimes próprios de previdência (repasso financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE Em análise à listagem de pagamentos disponível no sistema informatizado de contabilidade pública que foram considerados como aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e efetivados com a receita de impostos e de transferência de	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – MDE



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				ser considerados para fins de aplicação	impostos, evidencia-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e Lei 14.113/2020 (Fundeb).	
--	--	--	--	---	---	--

Ponto de Controle 1.4.4 – Saúde – aplicação mínima

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.4	Saúde aplicação mínima	Relatório Resumido de Execução de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 12 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	CRFB/88, art. 77, inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Demonstrativo das receitas e despesas com ações e serviços públicos de saúde. Apuração do percentual de Limite Constitucional da receita proveniente de impostos e transferências aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.	Valor aplicado nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2023: R\$ 7.545.595,76 Percentual de aplicação: 20,55%

Examinando o Anexo 12 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, verifica-se que o Município de Águia Branca aplicou no exercício de 2023 o percentual de 20,55% da receita resultante de impostos e transferências correspondente ao valor de R\$ 7.545.595,76 (sete



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

milhões quinhentos e quarenta e cinco mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta seis centavos) nas ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2023, estando em conformidade com o que preconiza o art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias cumulado com artigo 6º e 7º da Lei Complementar 141/2012, conforme tabela descritiva abaixo:

Destinação de recursos:	Valor:
a) Receitas provenientes de impostos	R\$ 3.411.722,63
b) Receitas provenientes de transferências	R\$ 33.297.946,98
c) Base de cálculo para aplicação em ações e serviços públicos de saúde (a+b)	R\$ 36.709.669,61
d) Valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde	R\$ 7.545.595,76
e) % de aplicação (d*100/c)	20,55%

Fonte: RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – Anexo 12. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.5 – Saúde – pertinência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.5	Saúde - pertinência	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	LC 141/2012, arts. 3º e 4º.	Avaliar se as despesas consideradas como aplicação em ações e serviços públicos de saúde atenderam as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da LC 141/2012, observando, inclusive, o tratamento dispensado às transferências de recursos para os fundos financeiros dos	Consulta ao Sistema Informatizado de Contabilidade Pública da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde quanto as despesas empenhadas e pagas que foram classificadas na Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL	Listagem de pagamentos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 Fonte de Recursos 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				regimes próprios de previdência (repasse financeiro para cobertura de déficit previdenciário), os quais não devem ser considerados para fins de aplicação.	Em análise a listagem dos pagamentos das despesas consideradas em ações e serviços públicos de saúde evidenciando-se que foram atendidas as disposições contidas nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar 141/2012.	
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 1.4.6 – Despesas com pessoal - abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Listagem de empenhos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2023	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	Em análise à listagem de empenhos realizados na Prefeitura Municipal de Águia Branca, referente exercício de 2023, por meio de consulta aos elementos de despesa empenhados, concluiu-se que no exercício de 2023 não foram realizadas contratações que configurassem mão de obra terceirizada em substituição de servidores.	Listagem de empenhos no período de 01/01/2023 a 31/12/2023 – Elemento de despesa nº 339039 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica) Análise dos contratos realizados no exercício de 2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.7 – Despesas com pessoal limite						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal limite	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Cálculo do limite de despesas totais com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida.	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 26.107.767,37 Percentual das despesas totais em relação à Receita Corrente Líquida: 45,42%

É notório que a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao lecionar acerca das normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, dispôs em seus artigos 18 a 23 sobre a limitação das despesas com pessoal pelos Poderes e Entes da Federal.

Nesse sentido, tendo em vista que o Limite referencial para as despesas de pessoal é aplicado em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), ao verificar as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, constatou-se que o gasto total com pessoal no Poder Executivo totalizou R\$ 26.107.767,37 (vinte e seis milhões cento e sete mil setecentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), alcançando um percentual de 45,42% no exercício de 2023, abaixo do Limite legal de 54% da Receita Corrente Líquida, previsto no art. 20, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme tabela descritiva abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Apuração das Despesas com Pessoal (Poder Executivo) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL):

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Receita corrente líquida – RCL.	R\$ 57.486.387,50
b) Despesas totais com pessoal – Poder Executivo.	R\$ 26.107.767,37
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a).	45,42%
d) Limite Legal 54 % da RCL (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF).	R\$ 31.042.649,25
d) Limite Prudencial 51,30 % da RCL (§ único, art. 22 da LRF).	R\$ 29.490.516,79

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 01. Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades.

Ponto de Controle 1.4.8 – Despesa com pessoal descumprimento de limites nulidade do ato						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites nulidade do ato	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas do artigo 21 da LRF.	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.777/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de	PESS – Declaração do Chefe do Poder Executivo Municipal para controle da despesa com pessoal. LEIPESS – Cópia das leis ou normas legais referente a pessoal. Lei nº 1.777/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Ausência de Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

				despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.780/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.827/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).	despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.780/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF). Lei nº 1.827/2023 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16 LRF) e - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16 LRF).
--	--	--	--	---	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.10 – Despesas com pessoal – limite prudencial vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1 Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo. Verifica-se que durante o exercício a despesa de pessoal total não excedeu o limite máximo de 95%. Registra-se que durante o exercício de 2023, foi aprovado Decreto nº 10.370/2023 que estabeleceu medidas de contingenciamento e racionalização de gastos do Poder Executivo Municipal no 2º semestre do ano de 2023.	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 26.107.767,37 Limite apurado: 45,42% Limite Máximo: 54% R\$ 31.042.649,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 29.490.516,79

Em consulta aos dados do Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, o Município de Águia Branca, conforme descrito no item 1.4.7 não excedeu o limite prudencial com despesas com pessoal no Poder Executivo, no exercício de 2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.11 – Despesas com pessoal extrapolação do limite de providências / medidas de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências / medidas de contenção	Relatório de Gestão Fiscal (RGF) - ANEXO 1	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no artigo 20 da LRF, avaliar se foram adotadas as medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).	Análise do Relatório de Gestão Fiscal com Demonstrativo da Despesa com pessoal no Poder Executivo.	Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50 Despesas totais com pessoal – Poder Executivo: R\$ 26.107.767,37 Limite apurado: 45,42% Limite Máximo: 54% R\$ 31.042.649,25 Limite Prudencial: 51,30% R\$ 29.490.516,79

Analisando o Relatório de Gestão Fiscal – ANEXO 1, registra-se que, pela ausência de extrapolação do limite com gasto de pessoal descrito no item 1.4.7, não foi necessária a adoção de medidas de contenção de despesas com pessoal pelo Município de Águia Branca.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.12 – Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.12	Despesa com pessoal – expansão de despesa – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	Em análise a LDO publicada para o exercício de 2023, foi verificado a disposição em seu art. 44, da indicação de prévia autorização específica para aprovação de atos normativos de despesa com pessoal no exercício de 2023. Em análise a LOA publicada para o exercício de 2023, foi verificado que esta dispõe de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.	Art. 44 da Lei nº 1.712/2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO Lei nº 1.754/2022 – Lei Orçamentária Anual Quadro demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas: Elemento de despesa: 3.1.00.00.00.000 - Pessoal e Encargos Sociais: 50,88% R\$ 29.401.985,37



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.14 – Transferências para o Poder Legislativo Municipal

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasas/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Análise das Transferências de recursos financeiros para Câmara Municipal de Águia Branca no exercício de 2023: Previsão de repasse de duodécimo - Lei Orçamentária Anual Listagem razão do plano de contas – Sistema Público de Contabilidade – orçamentário e contábil Portal da Transparência da Câmara Municipal de Águia Branca https://cmaguiabranca-es.portaltp.com.br/consultas/repasas/duodecimoCamara.aspx Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferência recebida.	Lei Orçamentária Anual Previsão de repasse ao Poder Legislativo Municipal: R\$ 2.680.000,00 Transferência de Duodécimo no exercício de 2023: Valor Apurado: R\$2.511.180,96 Percentual: 6,56% Valor Máximo de Limite R\$ 2.511.180,99 Percentual: 7% Conta contábil: 351120100002 – Duodécimo – Câmara Municipal Valor Total de repasse de Duodécimos do Poder Executivo para o Poder Legislativo no exercício de 2023: R\$2.511.180,96 Data de Repasse mensal: 19/01/2023: R\$ 209.265,08 17/02/2023: R\$ 209.265,08 20/03/2023: R\$ 209.265,08 20/04/2023: R\$ 209.265,08



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$ 1.969.999,92 19/05/2023: R\$ 209.265,08 20/06/2023: R\$ 209.265,08 20/07/2023: R\$ 209.265,08 18/08/2023: R\$ 209.265,08 20/09/2023: R\$ 209.265,08 20/10/2023: R\$ 209.265,08 20/11/2023: R\$ 209.265,08 20/12/2023: R\$ 209.265,08 Balancete de Verificação - BALVER Programação de desembolso mensal – transferências recebidas Código Contábil: 8.2.2.1.1.02.02 Movimento no exercício: R\$2.511.180,96
--	--	--	--	--	---

Em virtude da redação contida no art. 29-A, §2º da Constituição Federal, evidencia-se que o Município de Águia Branca, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, cumpriu a normativa constitucional, efetuando até a data-limite de cada mês os repasses a título de duodécimo ao Poder Legislativo no limite anual estabelecido de 7%, em conformidade com o estabelecido no art. 29-A, inciso I e §2º da Constituição Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.15 – Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º semestre – Anexo II	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, denota-se que o Município de Águia Branca não excedeu os limites da dívida pública estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal no exercício de 2023, não sendo necessário adotar medidas para redução de valor excedente.	Saldo da Dívida Consolidada no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal não ultrapassou o limite estabelecido pela Lei Complementar 101/2000. Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 1º Semestre: Receita Corrente líquida (RCL): R\$ 52.303.952,79 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 28.986.239,31) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 55,42% Limite Máximo permitido: R\$ 62.764.743,35



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Relatório de Gestão Fiscal (RGF) 2º Semestre: Receita Corrente Líquida (RCL): R\$ 57.486.387,50 Dívida Consolidada Líquida (DCL): Limite apurado: (R\$ 49.058.930,30) Porcentagem da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL: 85,34% Limite Máximo permitido: R\$ 68.983.665,00
--	--	--	--	--	--	--

De acordo com o Demonstrativo da Dívida Consolidada, constante do Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º Semestre do exercício de 2023, o Município de Águia Branca obedeceu à disposição do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal quanto ao saldo da Dívida Consolidada, não ultrapassando o limite determinado pela LRF.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 1.4.16 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária - limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – ANEXO 1 Relatório de Gestão Fiscal – RGF - ANEXO 4 Balanco Orçamentário – BALORC Relatório Automatizado do Demonstrativo no sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Da análise do RREO, RGF e BALORC, evidenciou-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2023.	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo I – Balanço Orçamentário - Operações de crédito/refinanciamentos Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 04 - Demonstrativo das Operações de Crédito Balanco Orçamentário – BALORC - Receita de Capital - Realizadas: Operações de crédito: R\$0,00

Segundo consta do Demonstrativo das Operações de Crédito no ANEXO 04 do Relatório de Gestão Fiscal, em conciliação com o ANEXO 01 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e com o Demonstrativo automatizado do Cidades, apura-se que o Município de Águia Branca não efetuou Operações de Crédito no exercício de 2023.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

2 ITENS DE ABORDAGEM COMPLEMENTAR

2.1 Instrumento de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

Ponto de Controle 2.1.1 – LDO – compatibilidade com Plano Plurianual						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.1	LDO compatibilidade com Plano Plurianual.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Em confronto das peças que compõe os instrumentos de planejamento – avaliou-se que as diretrizes e metas estabelecidas na LDO estão em compatibilidade com o PPA. Vale mencionar ainda, que a LDO do exercício de 2023 dispõe de forma expressa em seu art. 19 a descrição da compatibilidade das prioridades e metas com o PPA 2022/2025.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Art. 19, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023.

Em avaliação realizada, apurou-se que as diretrizes, metas, e objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2023 estão em compatibilidade com o Plano Plurianual 2022/2025.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.2 – LDO – limitação de empenho

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.2	LDO limitação de empenho.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “b”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se que os artigos 25 e 43, estabelecem critérios para limitação de empenho em conformidade com a LRF.	Análise das matérias constante nos artigos 25 e 43 da Lei nº 1.712/2022 – LDO.

Em exame a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 verifica-se que consta dos artigos 25 e 43, a previsão legal de limitação de empenho, em observância as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ponto de Controle 2.1.3 – LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.3	LDO – controle de custos e avaliação de resultados de programas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se pelo artigo 40, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece dispositivo de controle de custos.	Art. 40, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.4 – LDO – condições para transferências de recursos a entidades privadas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea “f”	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verifica-se pelo artigo 33, <i>caput</i> e parágrafo único, que a LDO estabelece condições e exigências para transferências de Recursos a entidades públicas e privadas, em conformidade com a LRF.	Art. 33, <i>caput</i> e parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Em conformidade com o art. 4º, inciso I, alínea “f” da Lei Complementar 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1712/2022, leciona em seu art. 33, *caput* e parágrafo único as condições e exigências em caso de transferências de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.5 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art.4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Consoante a Lei nº 1.712/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2023 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.	LDO - Lei nº 1.712/2022 - Análise da matéria constante do art. 7º, e seus parágrafos. 02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS: 02.01.00 – Demonstrativo 1 – METAS ANUAIS

Consoante a Lei nº 1.712/2022 – Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para o exercício de 2023 verifica-se pela leitura do art. 7º e §§1º, 2º e 3º, e Anexo de Metas Fiscais, a previsão quanto às metas anuais relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, em conformidade com a previsão legal dos §§1º e 2º, do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.6 – LDO – Anexo de Metas Fiscais – conteúdo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021. Em análise ao Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício vigente, verifica-se que foram elaborados todos os demonstrativos constantes no Manual de Demonstrativos Fiscais 12ª edição.	LDO – Lei nº 1.712/2022: Anexo de Metas Fiscais Metas Anuais – Tabela 1 Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior – Tabela 2 Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores – Tabela 3 Evolução do Patrimônio líquido – Tabela 04 Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos – Tabela 05 Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – Tabela 06 Estimativa e compensação da renúncia de receita – Tabela 07 Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado –



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Tabela 08 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição Demonstrativo 1– Metas Anuais (p. 64) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (p. 100) Demonstrativo 03 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores (p. 105) Demonstrativo 04 – Evolução do Patrimônio Líquido (p. 115) Demonstrativo 05 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (p. 121) Demonstrativo 06 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (p. 132/133) Demonstrativo 07 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (p. 139) Demonstrativo 08 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (p.151)
--	--	--	--	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.7 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, verificando se que a LDO contém Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e as providências a serem tomadas em caso de concretização do referido risco, conforme disciplina art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único da LDO, em conjunto com o Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.	Lei nº 1.712/2022 - Análise da matéria constante do art. 27, <i>caput</i> e parágrafo único 01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS 01.01.00 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

Examinando a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Anexo de Riscos Fiscais restou constatado através do demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, a previsão de Reserva de Contingência e demais providências no exercício de 2023, caso o Município de Águia Branca identificasse possíveis riscos que afetassem as contas públicas, conforme disciplina o art. 27, *caput* e parágrafo único da Lei 1.712/2022, estando em obediência ao art. 4º, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.8 – LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924, de 08 de julho de 2021	Portaria STN nº 924/2021	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Em análise a LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências em confronto com as regras estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição, verifica-se que o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, se encontra em conformidade com o MDF (12ª edição) editado pela STN.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição – aprovado pela Portaria nº 924/2021 - STN

Avaliando o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2023 em confronto com o Manual de Demonstrativos Fiscais – 12ª edição aprovado pela Portaria nº 924/2021 da STN, é possível verificar que a elaboração do Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências presente na LDO se encontra em conformidade com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.9 – Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.9	Programação orçamentária – disponibilização de estudos e estimativas de receitas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 12, §3º	Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo	Em análise ao ponto de controle, verifica-se o cumprimento no exercício de elaboração da LDO, da disposição prevista no art. 24, parágrafo único da Lei 1.712/2022 c/c art. 12, §3º da Lei 101/2000.	Art. 24, parágrafo único da Lei nº 1.712/2022 Análise documental dos documentos de planejamento: OFÍCIO/GAB/272/2022 – 30/08/2022, encaminhado ao Poder Judiciário; OFÍCIO/GAB/273/2022 - 30/08/2022, encaminhado ao órgão do Ministério Público; Mensagem 081/2022 - 30/08/2022, encaminhado à Câmara Municipal de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.1.10 – LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.10	LOA compatibilidade com a LDO e com o Plano	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	CRFB/88, art. 165, § 7º	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA	Analisando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2023, disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	Plurianual.	LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022-2025 – Lei nº 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade		estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.	nº 1.754/2022 PPA – Plano Plurianual – 2022/2025 Lei 1.651/2021 Relatório de comparativo de PPA x LDO x LOA emitido via Sistema de Contabilidade
--	-------------	--	--	--	--	---

Analizando o comparativo PPA X LDO X LOA do exercício de 2023, disponível no Sistema de Contabilidade, verificou-se que os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária Anual são compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual.

Ponto de Controle 2.1.11 – LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.11	LOA demonstrativo da compatibilidade dos orçamentos com objetivos e metas da LRF	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade	LC 101/2000, art. 5º, inciso I.	Avaliar se o demonstrativo de compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, parte integrante da LDO, integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em consulta realizada através do relatório de compatibilização do orçamento/metad fiscais, verifica-se a compatibilização do orçamento da LOA com os objetivos e metas fiscais da LDO.	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Relatório de Compatibilização do orçamento / metas fiscais emitido pelo Sistema de Contabilidade.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.12 – LOA – demonstrativo dos efeitos da renúncia de receita

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.12	Renúncia de Receita – demonstrativo regionalizado dos efeitos da renúncia de receita	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	CRFB/88, art. 165, §6º, c/c LC 101/2000, art. 5º, inciso II	Avaliar se o demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões e subsídios e benefícios da natureza financeira, tributária e creditícia, bem como, das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado integrou a LOA aprovada para o exercício.	Em análise a LDO, através do Demonstrativo 7 – Anexo de Metas Fiscais, Estimativa de Compensação de Renúncia de Receita, verifica-se que o Município de Águia Branca realizou a previsão dotação orçamentária para renúncia de receitas.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 - 02.07.00 Demonstrativo 7 – Estimativa e compensação da renúncia de receita LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

Ponto de Controle 2.1.13 – LOA reserva de contingência

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.13	LOA reserva	LDO – Lei de	LC 101/2000,	Avaliar se a LOA	Em análise a previsão de	LOA - Lei Orçamentária Anual - Art. 3º da Lei nº



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

de contingência	Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	art. 5º, inciso III.	aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.754/2022) do exercício de 2023, através do seu art. 3º e Anexo VII, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.	1.667/2021: Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas; Anexo II - Demonstrativo da Despesa por categoria econômica; Anexo VI – Demonstrativo do programa de trabalho de governo; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por categoria econômica; Anexo VII – Demonstrativo de função subfunção e programa por projeto/atividade; Anexo VIII – Demonstrativo por função, subfunção e programas conforme vínculos com recurso; Anexo IX – Demonstrativo da despesa por órgão e função; e - Demonstrativo Analítico da Despesa; - Orçamento da despesa por projeto atividade (consolidado). LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária - Art. 28 da Lei nº 1.712/2022 - Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.
-----------------	--	----------------------	---	---	--

Em análise a previsão de dotação orçamentária para reserva de contingência, verificou-se que a Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.754/2022) do exercício de 2023, através do seu art. 3º e anexos, contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência no montante compatível com o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências constante da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.14 – LOA previsão de recursos para pagamentos de precatórios

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 02 de abril, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	Em análise a previsão de dotação orçamentária para pagamentos de precatórios, verificou-se que o Município de Águia Branca através da Lei Orçamentária Anual – LOA (Lei 1.754/2022) do exercício de 2023, através do Quadro do Detalhamento da Despesa - Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas, realizou previsão de recursos para pagamento de precatórios. Denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril do exercício vigente, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de passivos contingentes para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.	LOA – Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.754/2022) - Demonstrativo Analítico da Despesa - Quadro do Detalhamento da Despesa Projeto Atividade 004.0412200123.0006 – pagamentos de sentenças judiciais devidas. Elemento de despesa: 33909100000 – sentenças judiciais Valor previsto: R\$ 16.300,00 LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022, passivos contingentes – decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Conforme avaliação da Lei Orçamentária Anual – LOA verifica-se que o Município de Águia Branca não realizou dotação orçamentária para pagamento de débitos decorrentes de pagamentos de precatórios. Contudo, denota-se que não foram apresentados precatórios judiciais até o dia 02 de abril, na forma do §5º do artigo 100 da CRFB/88, razão pela qual não há previsão na LDO de dotação orçamentária para pagamento de precatórios. Contudo, há previsão de reserva de contingência para decisões judiciais no Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

Ponto de Controle 2.1.16 – LOA programação financeira e cronograma de desembolso						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	DECPRO – Decreto nº 10.307/2023	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Em análise ao ponto de controle, foi verificada-se que no exercício de 2023 o Decreto nº 10.307/2023 dispõe sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.	Decreto nº 10.307/2023, de 31/05/2023, dispõe sobre a Programação Financeira da despesa e cronograma mensal de desembolso.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.1.17 – Transparência na gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.1.17	Transparência na gestão	INCENTIVA	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Em análise ao arquivo Incentiva, verifica-se que foram realizadas Audiências Públicas durante o processo de elaboração de LDO e LOA para o exercício de 2023.	INCENTIVA: Comprovante de efetivação ao incentivo à participação popular e da realização de Audiência Públicas, durante os processos de elaboração e discussão do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária. Audiência Pública Presencial da LDO realizada no dia 20/04/2022 Audiência Pública Online da LOA no período de 15/09/2022 a 25/09/2022.

2.2 Gestão Fiscal, financeira e orçamentária

Ponto de Controle 2.2.1 – Anexo de Metas Fiscais – cumprimento de metas fiscais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.1	Anexo de Metas Fiscais cumprimento de metas	LDO – Lei de Diretrizes orçamentárias – Lei nº 1.712/2022	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se, após a identificação do descumprimento de meta fiscal ao final de	Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais de arrecadação prevista na LDO (Lei nº	Anexo da PCA – LIMITA Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

fiscais.	LIMITA RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária	determinado bimestre, 1.712/2022), denota-se em decorrência da não realização de receitas, Águia Branca, não foram adotadas as medidas de limitação de empenho movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes.	1.712/2022), denota-se que o Município de Águia Branca, não realizou atos normativos de limitação de empenho.	LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 1.712/2022, art. 25 Disciplina a previsão de limitação de empenho (Anexo de Metas Fiscais). Demonstrativo I – Metas Anuais 2023 Previsão inicial: R\$ 57.782.713,17 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária Anexo I – Balanço Orçamentário Limite de Arrecadação previsto na LDO/2023 (Previsão atualizada): R\$ 57.914.809,61 Limite de Arrecadação Apurado no exercício de 2023: R\$ 106.749.629,46 Superávit de Arrecadação: R\$ 48.966.916,29
----------	--	---	---	---

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se através do anexo LIMITA, que no exercício de 2023 não foram editados atos legais pela Prefeitura Municipal de Águia Branca, destinados à limitação de empenho.

Denota-se ainda, que apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO disciplinar no art. 25 acerca da limitação de empenho apurou-se que a Prefeitura Municipal de Águia Branca cumpriu as metas de resultado primário e nominal do Anexo de Metas Fiscais previstas na LDO, mantendo, portanto, o equilíbrio fiscal, em obediência ao art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.3 – Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas	LC 101/2000, art. 14. art. 113 do ADCT.	Avaliar se a proposição legislativa que cria ou altera concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária que incida renúncia de receita está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício em que iniciar e nos dois seguintes.	Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receitas, verifica-se que não foram aprovadas no exercício de 2023 leis de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.4 – Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022	LC 101/2000, art. 14, §2º.	Existindo renúncia de receita cuja condição de equilíbrio tenha sido a adoção de medida de compensação, hipótese do inciso II, do artigo 14 da LRF, avaliar se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput do artigo 14, só entrou em vigor quando efetivamente foram implementadas as medidas de compensação.	No tocante a análise da LDO e LOA aprovadas para o exercício em análise, verifica-se a ausência de medidas de compensação para as renúncias de receitas de legislações vigentes no Município.	DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 Anexo de Metas Fiscais 02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita. Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Demonstrativo regionalizado do efeito, com previsão de renúncia de receita, contudo, sem a efetiva medida de compensação.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de controle 2.2.13 – Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Processo de Auditoria nº 1667/2023	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei 4.320/64	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Análise realizada através do Processo de Auditoria nº 1667/2023 Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2023, todos créditos adicionais foram precedidos de autorização legislativa. Os créditos adicionais suplementares se encontram previstos nos artigos 4º e 5º da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1.754/2022). Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.783/2023 Lei nº 1.784/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.837/2023 Lei nº 1.768/2023 Lei nº 1.773/2023 Lei nº 1.774/2023 Lei nº 1.775/2023	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Os créditos adicionais suplementares e especiais, se encontram previstos nas seguintes Leis abaixo descritas: Lei nº 1.783/2023 Lei nº 1.784/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.837/2023 Lei nº 1.768/2023 Lei nº 1.773/2023 Lei nº 1.774/2023 Lei nº 1.775/2023 Lei nº 1.776/2023 Lei nº 1.778/2023 Lei nº 1.779/2023 Lei nº 1.786/2023 Lei nº 1.787/2023 Lei nº 1.795/2023 Lei nº 1.796/2023 Lei nº 1.797/2023 Lei nº 1.800/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.849/2023 Lei nº 1.852/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					Lei nº 1.776/2023 Lei nº 1.778/2023 Lei nº 1.779/2023 Lei nº 1.786/2023 Lei nº 1.787/2023 Lei nº 1.795/2023 Lei nº 1.796/2023 Lei nº 1.797/2023 Lei nº 1.800/2023 Lei nº 1.833/2023 Lei nº 1.849/2023 Lei nº 1.852/2023 Lei nº 1.835/2023	Lei nº 1.835/2023
--	--	--	--	--	---	-------------------

Ponto de Controle 2.2.14 – Créditos adicionais – decreto executivo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	DEMCAD – Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Decretos executivos de créditos adicionais Processo de Auditoria nº 1667/2023	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Em análise ao Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais, verifica-se que no exercício de 2023, todos créditos adicionais foram abertos mediante Decreto Executivo.	DEMCAD - Demonstrativo consolidado dos créditos adicionais. Verificação de todos os Decretos Executivos de Créditos Adicionais. Quantidade de Decretos Executivos expedidos no exercício de 2023: 64 Decretos executivos



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.17 – Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.17	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza	Lei Municipal nº 1.793/2023 https://www.cmab.es.gov.br/uploads/lei/lei-ordinaria-1792-2023-1684934275.pdf	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	Em análise aos Fundos criados pelo Município de Águia Branca no exercício de 2023, verifica-se que estes foram instituídos mediante prévia autorização legislativa.	Lei Municipal nº 1.793/2023 – cria o Fundo Municipal de habitação de interesse social (FMHIS).

Conforme informações colhidas na Prestação de Contas Anual, e através de Consulta realizada no Portal da Transparência, no exercício de 2023 foram estabelecidos pelo Município de Águia Branca, fundos mediante prévia autorização legislativa, em conformidade com o art. 167, inciso IX da Constituição Federal.

Ponto de Controle 2.2.21 – Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.21	Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e	Em análise ao Portal da Transparência – foram publicados, todos os instrumentos referentes ao PPA, LDO, LOA, RREO e RGF, Balancetes mensais e Balancetes Anuais.	Portal da Transparência PPA 2022-2025 https://www.prefeituradeaguiabranca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=7



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

	fiscais			Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.		LDO 2023 https://prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=6 LOA 2023 https://prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=5 RREO 2023 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria RGF 2023 https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 Prestação de Contas Mensal - Balancetes mensais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=6&tipo=6 Prestação de Contas Anual – Balancetes anuais http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=7 Parecer prévio do Tribunal de Contas Estadual https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento/index/0?tipo=13 Relatórios do Controle Interno http://aguia branca-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=58
--	---------	--	--	---	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em consulta realizada ao Portal da Transparência e na base de informações da Controladoria Geral, constatou-se a presença dos instrumentos LDO, LOA, PPA, RREO e RGF, Balancetes Mensais e Anuais, Parecer Prévio do Tribunal de Contas Estadual e Relatórios do Controle Interno, devidamente publicados, e em conformidade com os artigos 48, 52 a 58 da Lei Complementar 101/2000.

Ponto de Controle 2.2.22 – Transparência na gestão execução orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.22	Transparência na gestão execução orçamentária	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Em análise ao Portal da Transparência, verifica-se que todas as informações referentes à execução orçamentária e financeira foram publicadas em tempo real.	Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca Execução Orçamentária da Despesa: Empenhos e favorecidos: http://aguiaabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/empenhos.aspx Liquidações e favorecidos: http://aguiaabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/liquidacoes.aspx Pagamentos e favorecidos: http://aguiaabranca-es.portaltp.com.br/consultas/despesas/pagamentos.aspx Execução Orçamentária da Receita: Receita Realizada: http://aguiaabranca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/execucaoreceitas.aspx



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						Arrecadação das Receitas por Percentual: http://aguia-branca-es.portaltp.com.br/consultas/receitas/receitaspercentual.aspx
--	--	--	--	--	--	---

Ponto de Controle 2.2.25 – Transparência na gestão – Conteúdo do RREO

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.25	Transparência na gestão – Conteúdo do RREO	Manual de demonstrativos fiscais da 12ª edição editado pela STN RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar bimestralmente se o RREO contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RREO e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos disponibilizados bimestralmente contêm todos os demonstrativos do RREO.	RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Anexo I – Balanço Orçamentário (p.172/173) Anexo II – Demonstrativo da Execução das despesas por função/subfunção (p.199) Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (p.207) Anexo IV – Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias (p.226/227) Anexo VI – Demonstrativo do resultado primário e nominal (p.262/263) Anexo VII – Demonstrativo dos restos a pagar (p.289) Anexo VIII – Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE (p.317/318) Anexo IX – Demonstrativo das receitas de operações de crédito e despesas de capital (p.363)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/controladoria/pagina/ler/75/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria Publicações do RREO 1º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.239 – pág. 09 a 30 – Data: 30/03/2023 - Portal da Transparência – Data: 30/03/2023 2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.777 – pág. 25 a 44 – Data: 30/05/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/05/2023 3º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 04 a 23 – Data: 28/07/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/09/2023 4º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.363 – pág. 04 a 26 – Data: 29/09/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/09/2023 5º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.402 – pág. 05 a 27 – Data: 30/11/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 29/11/2023
--	--	--	--	--	---



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

						6º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 27 a 50 – Data: 30/01/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/01/2024
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.2.26 – Limitação para custeio de despesas						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.26	Limitação para custeio de despesas	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício	LC 101/2000, art. 62.	Avaliar se o Município contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação sem observar o que dispõe o artigo 62 da LRF.	Não há previsão nas leis orçamentárias – LDO e LOA do exercício vigente, acerca de contribuição de custeio de despesas a outros entes. Além disso, o Município não celebrou convênios no exercício de 2023 visando custeio de despesa com outros entes da Federação.	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 1.712/2022 LOA – Lei Orçamentária Anual – Lei nº 1.754/2022 Consulta em Sistema de Contabilidade Pública da Listagem de Convênios celebrados no exercício.

Partindo da premissa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA no exercício de 2023 não regulamentou a limitação para custeio de despesas, em consulta ao Sistema de Contabilidade Pública, apurou-se que o Município de Águia Branca não contribuiu para custeio de despesas de competência de outros entes.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.2.27 – Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Portal da Transparência	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Em análise a Legislações aprovadas no exercício de 2023, o Município de Águia Branca não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Inexistência de Legislação que autoriza a concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedade de economia mista no Município de Águia Branca.

Ponto de Controle 2.2.29 – Déficit orçamentário – medida de contenção

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	LIMITA Relatório de Gestão – RELGES BALORC – Balanço Orçamentário	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Em análise ao arquivo LIMITA, verifica-se que o Município de Águia Branca não expediu nenhum ato legal destinado a limitação de empenho. Denota-se que ao encerramento do exercício de 2023 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$ 22.006.226,71	LIMITA - Declaração informando que o Município de Águia Branca não editou atos legais de limitação de empenho. RELGES - Relatório de Gestão BALORC Déficit Orçamentário: 0,00 Superávit orçamentário: R\$ 22.006.226,71



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Em análise dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual, verificou-se que o Município de Águia Branca não teve déficit orçamentário no exercício de 2023, sendo assim, não foram necessárias adotar medidas de contenção, e por isso não foram expedidos atos de limitação de empenho.

Denota-se ainda, que ao encerramento do exercício de 2023 o Município apresentou Superávit orçamentário no valor de R\$22.006.226,71 (vinte e dois milhões e seis mil e duzentos e vinte e seis reais e setenta e um centavos).

Ponto de Controle 2.2.3.10 – Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.10	Receita Previsão Legislativa da Planta Genérica de Valores – base de cálculo do IPTU	Lei Municipal nº 1.426/2017 – Código Tributário Municipal	LC 101/2000, art. 11.	Verificar se a legislação tributária municipal dispõe sobre a Planta Genérica de Valores de Imóveis para fins de lançamento do IPTU.	Em análise a Lei Municipal nº 1.426/2017, verifica-se através do art. 151, a previsão de base de cálculo do IPTU através de Planta Genérica de valores.	Art. 151 da Lei Municipal nº 1.426/2017

Ponto de Controle 2.2.3.29 – Transparência na gestão – divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.29	Transparência na	Portal da Transparência da	LC 101/2000,	Avaliar se houve divulgação	Em análise ao Portal da	Portal da Transparência da



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

gestão – divulgação dos demonstrativos fiscais (RGF)	Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES	arts. 48, 55 e 63.	ampla e tempestiva do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.	Transparência e ao Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES), verifica-se que foram publicados, todos os anexos referentes ao Relatório de Gestão Fiscal.	Prefeitura Municipal de Águia Branca RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3 1º Semestre - DOM/ES - Edição nº 2.319 – pág. 23 a 28 – Data: 28/07/2023 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 28/07/2023 2º Bimestre - DOM/ES - Edição nº 2.445 – pág. 51 a 57 – Data: 30/01/2024 - Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Águia Branca – Data: 30/01/2024
--	--	--------------------	--	--	---

Ponto de Controle 2.2.3.30 – Transparência na gestão – Conteúdo do RGF

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.2.3.30	Transparência na gestão – Conteúdo do RGF	RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos. https://www.prefeituradeaguia-branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3	LC 101/2000, arts. 55 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município), se o RGF contém todos os demonstrativos previstos no MDF.	Em atenção as normas editadas pela STN, o RGF e seus anexos se encontram em conformidade com as regras estabelecidas no MDF (12ª edição) Registra-se que todos os demonstrativos do RGF	Manual de Demonstrativos Fiscais - Relatório de Gestão Fiscal: Anexo I – Demonstrativo de Despesa com pessoal (p.523) Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (p.560)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					disponibilizados bimestralmente contêm todos os demonstrativos do MDF https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3	Anexo III – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores (p.591) Anexo IV – Demonstrativo das operações de crédito (p.606) Anexo V – Demonstrativo da Disponibilidade de caixa e dos restos a pagar (p.632) Anexo VI – Demonstrativo Simplificado do Relatório de gestão fiscal (p.646) RGF - Relatório de Gestão Fiscal e seus anexos, disponíveis em: https://www.prefeituradeaguia branca.es.gov.br/transparencia/documento?tipo=3
--	--	--	--	--	--	--

2.3 Gestão Patrimonial

Ponto de Controle 2.3.1 – Passivos contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.1	Passivos Contingentes – reconhecimento de precatórios judiciais	Balanco patrimonial – BALPAT RELPRE – Relação consolidada dos	CRBF/88, art.100 /Lei nº4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT e na Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura	Conforme evidenciado no Balanço Patrimonial – BALPAT e na Relação consolidada dos precatórios judiciais – RELPRE, a Unidade Gestora Prefeitura



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		precatórios judiciais	Estrutura Conceitual, item 3.10..	estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	Municipal de Águia Branca não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2023.	Municipal de Águia Branca não apresenta precatórios judiciais no exercício de 2023.
--	--	-----------------------	-----------------------------------	--	---	---

Ponto de Controle 2.3.2 – Dívida pública – precatórios - pagamento						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.3.2	Dívida Pública – precatórios - pagamento	Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO – Anexo 06 Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Anexo 02	CRFB/88, art.100 c/c Lei 4.320/64, art.67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Conforme análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023 a Prefeitura Municipal de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	Conforme análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, e Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023 a Prefeitura Municipal de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.

2.4 Limites constitucionais e legais

Ponto de Controle 2.4.2 – Dívida Pública evidenciação no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.2	Dívida pública – precatórios –	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º	LC 101/2000, art. 30, §7º	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a	Conforme análise do Relatório de gestão Fiscal – RGF, no exercício de 2023, o	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre – Anexo II –



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

integração na dívida consolidada	semestre		execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Município de Águia Branca não efetuou pagamentos de precatórios judiciais, bem como não contém em sua Dívida Consolidada Líquida precatórios judiciais pendentes de pagamento.	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. - Precatórios anteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00 - Precatórios posteriores a 05/05/2000: R\$ 0,00
----------------------------------	----------	--	---	--	---

Ponto de Controle 2.4.4 – Dívida Pública evidencição no RGF						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.4	Dívida pública evidencição no RGF	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	Em análise ao Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida previsto no Relatório de Gestão Fiscal, verifica-se que a Dívida Consolidada Líquida não ultrapassou os limites definidos no art. 4º, inciso III da Resolução do Senado Federal 40/2001.	Análise do RGF – Anexo II – 2º Bimestre - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Limite definido por Resolução do Senado Federal: R\$ 68.983.665,00 Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.5 – Dívida Pública extrapolação de limite no decorrer de execução orçamentária redução do valor excedente

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.5	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2023 (Anexo 03)	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso IV, alínea b.	Avaliar se o Estado/Município, do mesmo não apresentando, no exercício de 2001, dívida consolidada líquida superior aos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, nos exercícios subsequentes a 2001 incorreram não excederem os limites da dívida pública, estabelecidos Em caso positivo, avaliar se a regra do inciso I, do artigo 4º, está sendo aplicada a partir do exercício que ocorreu o descumprimento.	Conforme análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF, em confronto com a Receita Corrente Líquida constante do RREO, denota-se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30) Limite definido por Resolução do Senado Federal (120%) R\$ 68.983.665,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 6º Bimestre de 2023 (Anexo 03) Receita Corrente Líquida: R\$ 57.486.387,50



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.6 – Operação de crédito – instituição financeira

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.6	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 36. Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo, bem como se contratou operações de crédito em que tenha sido prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00

Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.

Ponto de Controle 2.4.7 – Operação de crédito – instituição financeira controlada

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.7	Operação de crédito instituição financeira controlada	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Segundo consta do Demonstrativo de Operações de Crédito, no Relatório de Gestão Fiscal – 2º Bimestre, a Prefeitura Municipal de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023, nem mesmo prestou garantias a instituições financeiras.

Ponto de Controle 2.4.8 – Operação de crédito – vedações						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.8	Operação de crédito de vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise da Dívida Consolidada Líquida constante do RGF denota-se que o Município de Águia Branca não excede os limites da dívida pública, estabelecidos no art. 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, razão pela qual não se demonstra necessário a aplicação da regra contida no art. 4º, inciso I da Resolução 41/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Dívida Consolidada Líquida: (R\$ 49.058.930,30)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.9 – Operação de crédito – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.9	Operação de crédito - vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal – Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, verifica-se que por ocasião da ausência de Dívida Consolidada Líquida, não há incorrência do Município em qualquer das vedações do art. 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.10 – Operação de crédito – Regra de Ouro

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.10	Operação de crédito - Regra de Ouro	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo 9 – Demonstrativo de Operações de crédito e despesas de capital Relatório automatizado de demonstrativos do Sistema Cidades	CRFB/88, art. 167, inciso III	Avaliar se houve realização de operação de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 9 (Demonstrativo das Operações de Crédito) considerando a ausência de realização de Operações de crédito, não se opera o descumprimento das normas do art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, assim como verifica-se o cumprimento da regra de ouro.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária – 2º Semestre – Anexo 9 – Balanço Orçamentário Despesas de Capital: R\$ 24.551.225,83



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.11 – Operação de crédito – limite global

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.11	Operação de crédito limite global	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Além disso, verifica-se que por ocasião da ausência de realização de Operações de crédito, não há extrapolamento do limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Limite definido pelo art. 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 9.197.822,00 Percentual definido sobre a RCL ajustada: 16%

Infere-se, conforme registrado no Relatório de Gestão Fiscal, que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no ano de 2023. Desse modo, não se aplica, para fins de avaliação de limite global a normativa constante da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.12 – Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.12	Operação de crédito limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excede a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), averificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não realização de operações de crédito no exercício, não se opera o descumprimento das normas do art. 7º, inciso II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Semestre 2023 – Anexo II Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Em consonância com os pontos de controle avaliados, a Prefeitura Municipal de Águia Branca, não realizou contratos de operações de crédito no ano de 2023, sendo assim, não se faz necessário a avaliação quanto ao comprometimento com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.13 – Operação de crédito – atendimento às condições para contratação

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.13	Operação de crédito – atendimento às condições para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 40 e Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Verificar se foram observadas as condições para contratação de operação de crédito estabelecidas no artigo 40 da LRF e art. 18 da Resolução do Senado Federal.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre Garantias Concedidas aos municípios - Operações de Créditos Externas: R\$ 0,00 - Operações de Créditos Internas: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.14 – Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.14	Operação de crédito concessão de garantias e contragarantias	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 18.	Avaliar se as exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não concedeu garantias de operações de crédito no exercício de 2023, portanto, não se opera a observância das exigências contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.15 – Garantias e contragarantias limite

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.15	Garantias e contragarantias limite	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – 2º Semestre Relatório automatizado do demonstrativo no Sistema Cidades	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 3 (Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de valores), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 3 – Demonstrativo das garantias e contragarantias de valores - 2º Semestre: R\$ 0,00 Limite definido por Resolução nº 43/2001 do Senado Federal: R\$ 12.647.005,25

Ponto de Controle 2.4.16 – Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

					operações de crédito, não se opera a análise da norma pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	
--	--	--	--	--	--	--

Ponto de Controle 2.4.17 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda a termo de bens e serviços: R\$0,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Ponto de Controle 2.4.18 – Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – 2º Semestre	LC 101/2000, art. 38, incisos IV	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do artigo 38 da LRF.	Em análise ao Relatório de Gestão Fiscal - Anexo 4 (Demonstrativo das Operações de Crédito), verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou operações de crédito no exercício de 2023. Considerando a não ocorrência de operações de crédito, não se opera a análise das situações vedadas no inciso IV do artigo 38 da LRF.	RGF – Relatório de Gestão Fiscal Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito – 2º Semestre Valor: R\$ 0,00 Antecipação da Receita pela venda de bens e serviços: R\$0,00

2.5 Gestão Previdenciária

Ponto de Controle 2.5.27 – Hipóteses Atuariais - Definição

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998,	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado:	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

		anual	art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022, art. 33.	segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.	https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses.
Ponto de Controle 2.5.28 – Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais da PCA do RPPS DEMAAT – Avaliação atuarial anual	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º, inc. I; Portaria MTP 1.467/2022,	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados	HIPOTES – Relatório de Análise de hipóteses atuariais Planilha ISP – Resultado Final 2023 – Consolidado: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

			art. 33.		situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Águia Branca.	situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados Relatório do ISP 2023 demonstrando que o RPPS do Município de Águia Branca é classificado no grupo de pequeno porte. Considerando o ISP-RPPS 2023, publicado em 14 de agosto de 2023, o RPPS de ÁGUA BRANCA – ES possui o GRUPO DE PORTE classificado como PEQUENO PORTE não possuindo a obrigatoriedade de elaboração do relatório de Análise das Hipóteses. Dessa forma, o procedimento não é aplicável ao RPPS do Município de Águia Branca.
--	--	--	----------	--	--	--



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

1.2 CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.13	Da análise dos demonstrativos que compõe a PCA/2023 do Instituto de Previdência e do Município de Águia Branca, verifica-se que no exercício de 2023, o RPPS apresentou insuficiência financeira reduzindo a formação de reservas com a utilização do rendimento de aplicações financeiras e as receitas destinadas a amortização do déficit atuarial do RPPS Apuração de Insuficiência financeira no valor de R\$ 3.411.238,98	Alerta quanto à necessidade de realizar apuração mensal quanto a insuficiência financeira que está causando o Desequilíbrio Financeiro do RPPS.	Em andamento
1.2.14	Considerando análise contábil realizada, apurou-se que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2023. Registra-se que foi realizado transferência financeiras, isto é, Complementação de insuficiência financeira no valor de R\$113.578,23 (cento e treze mil reais e quinhentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) pelo ente municipal, no entanto, verifica-se que se demonstrou insuficiente a cobertura do déficit financeiro. Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.	Alerta quanto à necessidade de adotar medidas urgentes para fins de promover o Equilíbrio financeiro do RPPS.	Em andamento
2.2.4	Em análise ao DEMRE – Demonstrativo de Renúncia de Receitas, em conjunto com a LDO e LOA do exercício vigente verifica-se a ausência de medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Recomenda-se ao Chefe do Poder Executivo Municipal que obedeça fielmente às regras constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante às disposições contidas no art. 14, inciso I e II da LRF, estabelecendo nas peças de planejamento medidas de compensação quando da realização de Renúncia de Receita.	Em andamento.

Após verificação dos documentos que compõe a Prestação de Contas Anual do exercício de 2023, e demais itens que foram objeto de Auditoria no exercício de 2023, foram encontrados achados nos pontos de controle 1.2.13, 1.2.14 e 2.2.4 que seguem com recomendações de proposição de melhoria.

Quanto ao ponto de controle 2.2.4, calha tecer alguns comentários.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Denota-se que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou a adoção de medidas de compensação busca manter o equilíbrio orçamentário que poderia ser afetado.

Consoante análise do Demonstrativo de Renúncia de Receita – DEMRE, verifica-se que o valor de Renúncia de Receitas no exercício de 2023, alcançou o montante de renúncia executada de R\$ 93.421,43.

No que toca análise do total da Receita Realizada R\$ 106.749.629,46 descontando a Despesa realizada de R\$ 84.743.402,75 verifica-se que o Município alcançou um Superávit orçamentário no valor de R\$ 22.006.226,71 e **Superávit financeiro no total de R\$ 79.470.637,79** portanto, não obstante o Município de Águia Branca não tenha realizado medidas de compensação em LDO e LOA quando da realização de Renúncia de Receita **NÃO** se constata impacto orçamentário no exercício financeiro de 2023.

1.3 Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei nº 1.712/2022, elaborada nos termos do §2º, do art. 165 da CF/88, compreendeu as diretrizes, objetivos, prioridades e metas do orçamento do Município, definindo os programas prioritários de governo e estabelecendo, dentre outras diretrizes, os riscos e metas fiscais a serem observados na execução orçamentária.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual do Município, Lei nº 1.754/2022, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 57.782.713,17 para o exercício de 2023, que somado a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 34.767.840,56, gerou dotação de despesa autorizada no final do exercício de R\$ 92.550.553,73

Em análise ao cumprimento das Metas Fiscais Arrecadação de Receita, constata-se que o Município cumpriu com o limite de arrecadação previsto na LDO de R\$ 57.782.713,17, alcançando ao final do exercício de 2023, o valor apurado de Arrecadação de R\$ 106.749.629,46.

Consoante o total da despesa empenhada no exercício de 2023 no valor de R\$ 84.743.402,75, verificou-se ao final do exercício um superávit orçamentário no valor de R\$ 22.006.226,71.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Do total das despesas empenhadas no exercício, nota-se que foram pagos no mesmo exercício o montante de R\$ 69.547.800,00, apresentando ao final do ano de 2023 valor de R\$ 15.262.760,43 de restos a pagar.

No tocante a execução financeira evidenciada no Balanço Financeiro, denota-se que esta compreende a execução das receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que, somados ao saldo do exercício anterior, resultará no saldo para o exercício seguinte, conforme sintetizamos abaixo:

Balanço Financeiro Consolidado	
Saldo em espécie do exercício anterior	60.677.501,76
Receitas orçamentárias	103.495.115,63
Transferências financeiras recebidas	0,00
Recebimentos extraorçamentários	21.892.608,05
(-) Despesas orçamentárias	81.488.888,92
(-) Transferências financeiras concedidas	0,00
(-) Pagamentos extraorçamentários	9.819.057,43
Saldo em espécie para o exercício seguinte	94.757.279,09
Saldo apresentado no BALFIN	94.757.293,07
Divergência	0,00

Fonte: BALFIN Consolidado/2023.

*Diferença de R\$ 13,98 referente a Conta Contábil – 351120100999 – Cota Concedida resultante de receita extra-orçamentária de rendimento de aplicação financeira, realizado pela UG: Câmara Municipal de Águia Branca

Destaca-se a seguir, o saldo contábil das disponibilidades apresentadas nos termos de verificação, conforme tabela abaixo:

Disponibilidades	
Unidades Gestoras	
Prefeitura Municipal de Águia Branca	43.796.446,36
Fundo Municipal de Saúde de Águia Branca	5.264.262,15
Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Águia Branca	45.681.584,56
Câmara Municipal de Águia Branca	15.000,00
Total (TVDISP por UG)	94.757.293,07

Fonte: TVDISP das UG's 2023

Quanto a Gestão Patrimonial, no tocante as alterações quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio público, provocam alterações nos elementos patrimoniais, refletindo em resultados aumentativos ou diminutivos no patrimônio líquido, verifica-se pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), que, no exercício de 2023, o Município apresentou déficit no resultado patrimonial no valor de R\$ 3.516.252,13, conforme evidencia-se, sinteticamente na tabela abaixo:



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Síntese da DVP (Consolidado)	
Variações patrimoniais aumentativas (VPA)	120.266.396,79
Variações patrimoniais diminutivas (VPD)	123.782.648,92
Resultado patrimonial do período	(3.516.252,13)

Fonte: DEMVAP/2023

Dessa forma, o resultado das variações patrimoniais quantitativas refletiu negativamente no patrimônio do Município.

Ressalta-se ainda, que durante o exercício as Unidades gestoras realizaram constantes atualizações no Inventário dos bens, realizando procedimentos de depreciação e reavaliação de bens, e realizando investimentos em bens imóveis o que impactou no resultado final.

A situação patrimonial, qualitativa e quantitativamente, se evidencia por meio do Balanço Patrimonial. Apresenta-se, na tabela seguinte, a situação patrimonial do Município, no encerramento do exercício em análise:

Síntese do Balanço Patrimonial (Consolidado)		
Especificação	2023	2022
Ativo Circulante	96.393.436,17	61.918.996,12
Ativo não Circulante	81.146.565,04	71.953.186,14
Passivo Circulante	3.712.774,04	3.119.411,31
Passivo não Circulante	94.413.158,07	48.334.836,50
Patrimônio líquido	79.414.055,12	82.417.934,45

Fonte: BALPAT/2023

*Diferença de R\$ 13,98 referente a Conta Contábil – 351120100999 – Cota Concedida resultante de receita extra-orçamentária de rendimento de aplicação financeira, realizado pela UG: Câmara Municipal de Águia Branca

No tocante aos Restos a pagar, verifica-se o cancelamento no exercício de 2023 do montante de R\$ 190.550,00 (cento e noventa mil quinhentos e cinquenta reais) através de Decreto Municipal nº 10.335/2023 de 14/06/2023.

Denota-se que os referidos restos a pagar com nº de empenho 4059/2022 e 4061/2022, foram cancelados em razão supressão de contrato sem despesa liquidada nos prazos estabelecidos.

No mais, em que pese serem permitidas cláusulas exorbitantes no âmbito do direito administrativo, ambos os contratantes devem observar os princípios da probidade e da boa-fé.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

Nesse ensejo, observa-se que muito embora o cancelamento de restos a pagar processados seja realizado de forma excepcional, demonstra-se coerente o fato motivador que gerou o cancelamento dos restos a pagar

1.4 Da Gestão Fiscal

Quanto a Gestão Fiscal, apurou-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites constitucionais e legais previstos.

Em relação à Educação, consoante os critérios estabelecidos no art. 212, *caput*, da Constituição Federal, constata-se que o Município cumpriu o limite de aplicação do MDE no exercício em análise, aplicando 27,80% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No tocante a destinação de gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, constata-se que o Município cumpriu o limite constitucional de destinação em proporção não inferior a 70%, destinando no exercício em análise, o percentual de 71,36% dos recursos do FUNDEB para remuneração de profissionais da educação básica, em conformidade com o art.212-A, inciso XI, da Constituição Federal.

Na saúde, considerando o preceito constitucional previsto no art. 77, inciso III, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal verifica-se que o Município cumpriu o limite estabelecido na norma constitucional, aplicando o percentual de 20,55% em ações e serviços públicos de saúde.

Quanto à despesa com pessoal, verifica-se que o Município de Águia Branca respeitou os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo apurado no exercício de 2023, o percentual de 45,41% de despesas totais com pessoal do Poder Executivo Municipal sobre a Receita Corrente Líquida.

Consoante a Dívida Consolidada Líquida no final do exercício em análise denota-se que o Município de Águia Branca não dispõe de DCL, porquanto não se



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

submete aos limites estabelecidos no art. 3º e 4º da Resolução 40/2001 do Senado Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto às operações de crédito, verificou-se que o Município de Águia Branca não realizou, no exercício em análise, operações de crédito.

Quanto aos precatórios judiciais, verifica-se que o Município não efetuou pagamento de precatórios no exercício de 2023.

1.5 Da Gestão Previdenciária

No tocante a Gestão Previdenciária, case salientar que o Regime Próprio de Previdência no Município de Águia Branca, foi instituído por meio de Lei Municipal nº 523/2002.

Consoante análise da supracitada lei, verifica-se que o plano de benefícios concedido aos seus segurados se encontra previsto no art. 17 da referida legislação, e compreende as seguintes prestações:

Art. 17. O regime de previdência social de que trata esta Lei, compreende as seguintes prestações:

I – quanto ao segurado:

- a) Aposentadoria por invalidez;*
- b) Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;*
- c) Aposentadoria voluntária por implemento de idade;*
- d) Aposentadoria compulsória.*

II – quanto ao dependente:

- a) Pensão por morte do segurado;*
- b) Pensão por desaparecimento ou ausência do segurado.*

Para custear tais benefícios, por meio do art. 67 da Lei Municipal 523/2002, foram fixadas as seguintes receitas em seu plano de custeio:

Art. 67. (...)

I. contribuições sociais do Município de Águia Branca, bem como por seus Poderes, suas autarquias e por suas fundações públicas empregadoras;

II. contribuições sociais dos segurados;

III. rendimentos das aplicações financeiras e de demais investimentos realizados com as receitas previstas neste art.;

IV. aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

V. bens, direitos e ativos transferidos pelo Município ou por terceiros;

VI. outros bens não financeiros cuja propriedade lhe for transferida pelo Município ou por terceiros;



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

- VII. recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços ao Município ou a outrem;*
- VIII. verbas oriundas da compensação financeira para os benefícios de aposentadoria e pensão entre os regimes previdenciários na forma da legislação específica;*
- IX. dotações orçamentárias;*
- X. transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento do Município;*
- XI. doações, legados, auxílios, subvenções e outras rendas extraordinárias ou eventuais;*
- XII. outras rendas, extraordinárias ou eventuais.*

Além disso, as contribuições previdenciárias do servidor e a patronal deverão ser repassadas ao RPPS até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nos termos do art. 79 da Lei Municipal nº 523/2002.

Quanto à alíquota de contribuição previdenciária dos servidores, esta se encontra estabelecida no percentual de 14,00% da base de cálculo, nos termos do art.1º da Lei Municipal nº 1.789/2023

Quanto às medidas de reequilíbrio atuarial, verifica-se a evolução com aumento da alíquota patronal destinada aos custos especiais de 26,5% em 2022, para 29,80% em 2023, conforme tabela de equacionamento do Déficit Atuarial, disposta na Lei nº 1.789/2023.

Em relação à alíquota patronal de custeio normal, constata-se que foi destinado ao custeamento dos benefícios previdenciários contribuição no percentual de 17% incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Dessa forma, conclui-se que o Município de Águia Branca vem adotando medidas com vistas a manter o equilíbrio do equacionamento do déficit atuarial do RPPS, bem como, realizou de forma satisfatória o recolhimento e repasse integral das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, no exercício de 2023.

Quanto ao Equilíbrio financeiro, verifica-se através de análise contábil que o Instituto de Previdência - ÁGUA BRANCA PREV apresenta desequilíbrio financeiro no exercício de 2023. Registra-se que foi realizado no exercício de 2023, transferências financeiras, isto é, Complementação de insuficiência financeira no valor de R\$ 113.578,23 (cento e treze mil reais e quinhentos e setenta e oito reais e vinte e



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA
CONTROLADORIA GERAL

três centavos) pelo ente municipal, no entanto, se demonstrou insuficiente a cobertura do déficit financeiro.

Desse modo, é imprescindível a necessidade urgente da adoção de medidas com vistas a promover o reequilíbrio financeiro do RPPS.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual da entidade - Município de Águia Branca elaborada sob a responsabilidade do Exmo. Sr. Jailson José Quiuqui, Chefe do Poder Executivo Municipal no exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os pontos de controle avaliados, elencados no **item 1.1** desta manifestação, previstos na IN 68/2020 do TCEES, e os documentos componentes da Prestação de Contas Anual, apresentados a esta Unidade Central de Controle Interno, a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

No tocantes as ressalvas, reputa-se que se refere aos achados 1.2.13, 1.2.14 e 2.2.4 constantes nas proposições elencadas no **item 1.2** deste RELOCI.

Consoante as razões que levaram a abstenção do Controle Interno da análise de alguns itens da IN 68/2020 do TCEES, depreende-se que, a alta demanda encaminhada por outros órgãos de controle externo, aliado a insuficiência de carga horária da única servidora efetiva no cargo de Auditor Público Interno, formada em Ciências Contábeis que possui carga horária semanal de 20 (vinte) horas para atendimento da demanda de 04 (quatro) unidades gestoras, prejudicou o alcance de forma efetiva dos pontos de análise contábil, descritos na IN 68/2020 do TCEES.

Águia Branca/ES, 30 de março de 2024.

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
Controladora Geral do Município
OAB/ES 29.295 - Decreto nº 9.245/2021